



CADERNO DE ENCARGOS

Consulta Prévia N.º 06/2025

“AQUISIÇÃO DE SOFTWARE DE BACKUP E SEGURANÇA POR LOTES”

(Consulta Prévia no âmbito do Regime Geral do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação (doravante designado por CCP)

ÍNDICE

TÍTULO I – CLÁUSULAS GERAIS	1
CAPÍTULO I – Disposições Gerais.....	1
Cláusula 1. ^a – Objeto.....	1
Cláusula 2. ^a – Contrato	1
Cláusula 3. ^a - Prazo de Vigência	2
CAPÍTULO II - Obrigações Contratuais	2
Secção I – Obrigações do Adjudicatário	2
Cláusula 4. ^a - Obrigações Principais do Adjudicatário	2
Cláusula 5. ^a – Proteção de dados pessoais	2
Cláusula 6. ^a Encargos com Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial.....	4
Cláusula 7. ^a - Objeto do Dever de Sigilo.....	4
Cláusula 8. ^a - Prazo do Dever de Sigilo.....	5
Secção II - Obrigações da Entidade Adjudicante	5
Cláusula 9. ^a - Preço Base	5
Cláusula 10. ^a Revisão de Preços	5
Cláusula 11. ^a - Preço Contratual.....	5
Cláusula 12. ^a - Condições de Pagamento.....	6
CAPÍTULO III - Penalidades Contratuais, Incumprimento de Contrato e Resolução	6
Cláusula 13. ^a - Sanções Contratuais	6
Cláusula 14. ^a - Caso Fortuito e de Força Maior.....	7
Cláusula 15. ^a - Resolução por Parte da Entidade Adjudicante	8
Cláusula 16. ^a - Resolução por Parte do Prestador de Serviços	9
Cláusula 17. ^a - Resolução Sancionatória.....	10
CAPÍTULO IV - Seguros	10
Cláusula 18. ^a - Disposições Gerais	10
CAPÍTULO V - Resolução de Litígios	11
Cláusula 19. ^a - Foro Competente.....	11
CAPÍTULO VI - Disposições Finais	11
Cláusula 20. ^a - Cessão da Posição Contratual.....	11
Cláusula 21. ^a - Comunicações e Notificações.....	11
Cláusula 22. ^a - Gestor de Contrato.....	11
Cláusula 23. ^a - Contagem de Prazos	12
Cláusula 24. ^a – Legislação Aplicável.....	12
CLÁUSULAS TÉCNICAS	13
Cláusula 25. ^a – Descrição das soluções pretendidas	13

TÍTULO I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I – Disposições Gerais

Cláusula 1.^a – Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar entre o Município de Mira, adiante abreviadamente designado por Entidade Adjudicante, na sequência do procedimento pré-contratual de Ajuste Direto que tem por objeto a **aquisição de software de backup e segurança por lotes**, conforme cláusulas técnicas em anexo.
2. Os concorrentes podem concorrer a um ou a mais do que um dos lotes objeto do presente concurso, devendo, no entanto, apresentar proposta para a o fornecimento de todos os serviços que integram cada um dos lotes a que concorrem.
3. Os serviços integrados no objeto do presente concurso são enquadrados na referência de CPV (*Common Procurement Vocabulary*) **72910000-2 Serviços informáticos de segurança**, a que se refere o Regulamento (CE) N.º 213/2008 da Comissão de 28 de Novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

Cláusula 2.^a – Contrato

1. O contrato será composto pelo respetivo clausulado e pelos anexos, que dele fazem parte integrante.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos identificados, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente, para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta vencedora prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quando os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a - Prazo de Vigência

O contrato mantém-se em vigor desde a sua publicitação e termina após 36 meses, em conformidade com os respetivos termos, condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

CAPÍTULO II - Obrigações Contratuais

Secção I – Obrigações do Adjudicatário

Cláusula 4.^a - Obrigações Principais do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações prevista na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Manutenção das condições de prestação do objeto do contrato a celebrar, incluindo as premissas técnicas do mesmo, descritas nas especificações técnicas do caderno de encargos;
 - b) Comunicação antecipada dos factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do serviço ou o cumprimento de qualquer outra obrigação, nos termos do contrato a celebrar;
 - c) Prestação de forma correta e fidedigna das informações referentes às condições em que é prestado o fornecimento, bem como prestação de todos os esclarecimentos que sejam solicitados;
 - d) Não ceder a sua posição contratual no contrato celebrado com o Contraente Público, sem autorização prévia desta;
 - e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante o período de vigência do contrato e que altere, designadamente, a denominação social ou os seus representantes legais.
2. O prestador de serviços fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Município de Mira, em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do prestador de serviços e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 5.^a – Proteção de dados pessoais

1. Caso a entidade adjudicante trate ou venha a tratar dados pessoais da responsabilidade do Município, constituem obrigações do adjudicatário, no que especificamente diz respeito à proteção de dados pessoais:

- a) Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, no podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
- b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais;
- c) Efetuar uma Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados, nas situações expressamente previstas, quer no artigo 35.º do n.º 3 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Reg. (UE) 2016/679 (RGPD) quer no Regulamento n.º 1/2018 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD);
- d) Assegurar a realização de auditorias periódicas às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- e) Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
- f) Disponibilizar à entidade adjudicante, periodicamente, toda as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de proteção de dados;
- g) Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
- h) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
- i) Garantir que pessoas autorizadas que pessoas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade e adotar as medidas de segurança correspondentes;

j) Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.

2. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.

3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para por término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente,

4. Finda a vigência do contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a entidade adjudicante.

Cláusula 6.ª Encargos com Direitos de Propriedade Intelectual ou Industrial

1. São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito dos contratos a celebrar ao abrigo do presente procedimento contratual, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.
2. O Cocontratante garante que respeita as normas relativas à propriedade intelectual e industrial, designadamente, direitos de autor, licenças, patentes e marcas registadas, relacionadas com o hardware, software e documentação técnica que utilizam no desenvolvimento da sua atividade.
3. São da responsabilidade do Cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
4. Caso o Contraente Público venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer dos direitos mencionados no número anterior, o Cocontratante terá de a indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar.

Cláusula 7.ª - Objeto do Dever de Sigilo

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica ou não técnica, comercial ou outra, relativa à Entidade Adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Adjudicatário deverá garantir rigoroso sigilo quanto a informações de que os seus técnicos e demais colaboradores venham a ter conhecimento relacionadas com este empreendimento e demais atividades da Entidade Adjudicante.

3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.ª - Prazo do Dever de Sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou de credibilidade, de prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações da Entidade Adjudicante

Cláusula 9.ª - Preço Base

1. O preço base para o presente procedimento, é de **40.800,00€ (quarenta mil e oitocentos Euros)**, valor a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, sendo o preço base por lote os seguintes:
 - a. Lote 1: Software de segurança: **€ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos euros)**, a acrescer IVA à taxa legalmente em vigor;
 - b. Lote 2: Software de backup: **€ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos euros)**, a acrescer IVA à taxa legalmente em vigor.
2. Para efeitos do disposto do número anterior e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º do CCP, o preço base é o preço máximo que o Município de Mira se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.
3. Nos termos da alínea d), n.º 2, artigo 70.º do CCP, são excluídas as propostas cujos preços sejam superiores aos preços base referidos nos números anteriores.

Cláusula 10.ª Revisão de Preços

Não haverá lugar à revisão de preços durante a vigência do Contrato.

Cláusula 11.ª - Preço Contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido e IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, incluindo despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 12.^a - Condições de Pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pela Entidade Adjudicante, nos termos da cláusula anterior devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pela Entidade Adjudicante das respetivas faturas, emitidas mensalmente, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º CIVA¹ e só podem ser emitidas após o vencimento das obrigações respetivas, e após a prestação dos serviços, devendo ainda cumprir com as exigências impostas pelo artigo 9.º, n.º 1, da LCPA², aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual.
2. As faturas devem ser emitidas em nome do Município de Mira NIF: 506724530, sito na Praça da República, 3070-304 MIRA, com referência aos documentos que lhes deram origem, isto é, devem especificar o n.º da encomenda e o respetivo número sequencial de compromisso.
3. Apenas serão aceites a pagamento as faturas das provas efetivamente feitas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária.

CAPÍTULO III - Penalidades Contratuais, Incumprimento de Contrato e Resolução

Cláusula 13.^a - Sanções Contratuais

1. O Adjudicatário responsabiliza-se por todos os danos causados ao Município de Mira, relativos aos seus serviços prestados e que resultem da ação ou omissão dos seus profissionais.
2. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Mira pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Incumprimento na prestação de serviços de 1 ‰ (um por mil) do valor global de adjudicação, por cada dia de atraso.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Mira pode exigir-lhe uma pena pecuniária, cujo valor acumulado não pode exceder 20% (vinte por cento) do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

¹Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

²Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso

4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Mira tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
6. O Município de Mira pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
7. As penas pecuniárias da presente cláusula, não obstam a que o Município de Mira exija uma indemnização pelos danos excedentes.

Cláusula 14.ª - Caso Fortuito e de Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades em que o Adjudicatário se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente ao impedimento resultante da força maior.
6. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
7. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá justificar tais situações à outra parte, bem como o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula 15.^a - Resolução por Parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do Contrato de Prestação de Serviços e de outros aqui previstos, a Entidade Adjudicante pode resolver o Contrato nos seguintes casos:
 - a) Incumprimento definitivo do Contrato de Prestação de Serviços por facto imputável ao Adjudicatário;
 - b) Incumprimento, por parte do Adjudicatário, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - c) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas pelo Adjudicatário com inobservância dos termos e limites previstos na lei e/ou no presente Caderno de Encargos;
 - d) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - e) Incumprimento, pelo Adjudicatário, da obrigação de reposição do valor da caução, nos casos em que a tal esteja obrigado, nos termos do presente Caderno de Encargos e do Contrato de Prestação de Serviços;
 - f) Se o Prestador de Serviços for dissolvido ou se o mesmo se apresentar à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;
 - g) Se a composição do Adjudicatário, tratando-se de consórcio ou de agrupamento complementar de empresas, for alterada e tal alteração, no critério da Entidade Adjudicante, possa ter efeitos materiais adversos quanto à execução do Contrato de Prestação de Serviços;
 - h) Se o Adjudicatário não contratar e mantiver válidos os seguros, nos termos exigidos pelo presente Caderno de Encargos;
 - i) Se o Adjudicatário prestar informações falsas à Entidade Adjudicante, salvo se o Adjudicatário demonstrar falta de intencionalidade na prestação dessa informação;

- j) Se o Adjudicatário for condenado, por sentença transitada em julgado, por qualquer delito que afete de forma grave a sua honorabilidade;
 - k) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.
2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do Adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de a Entidade Adjudicante poder executar as garantias prestadas.
 3. No caso previsto na alínea k) do número anterior, o Adjudicatário tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.
 4. A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao Adjudicatário o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.
 5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada pela Entidade Adjudicante ao Adjudicatário com 10 (dez) dias de antecedência relativamente à respetiva produção de efeitos e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.
 6. O disposto nos números anteriores não prejudica a aplicação de sanções ao Adjudicatário que se mostrem devidas nos termos do Contrato, assim como as indemnizações legais e contratuais devidas à Entidade Adjudicante.

Cláusula 16.ª - Resolução por Parte do Prestador de Serviços

1. O Adjudicatário pode resolver o Contrato nos termos e nos casos previstos nos artigos 332.º, n.º1 e 406.º do CCP.
2. Sem prejuízo de outras situações de grave violação assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização e observadas as demais condições legais, mormente as previstas no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o cocontratante tem direito de resolver o contrato nas seguintes situações:
 - a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Entidade Adjudicante;
 - b) Incumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante por um período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco) do preço contratual, excluindo juros;
 - c) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

- d) Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.
3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.
4. No caso previsto na alínea b) do n.º 2 o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
5. A resolução do Contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 17.ª - Resolução Sancionatória

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver, a título sancionatório, o contrato, assistindo-lhe ainda o direito a ser indemnizada pelos prejuízos sofridos, no caso de o Prestador de Serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos, os quais configuram incumprimento definitivo do contrato:
- a) Atraso na execução dos serviços que ponha em causa a continuidade e a qualidade do serviço público;
 - b) Atrasos reiterados relativamente a um ou mais serviços;
 - c) Faltas, graves de zelo e diligência na execução dos serviços;
 - d) Incumprimento de qualquer obrigação contratual que ponha irremediavelmente em causa a manutenção do Contrato, como sejam as constante do n.º 3, da Cláusula 14.ª deste Caderno de Encargos;
 - e) Os elencados no artigo 333º, n.º 1, do CCP.
2. O direito de resolução previsto no número anterior não confere ao cocontratante direito a qualquer indemnização.
3. A resolução do contrato pelo contraente público não prejudica o exercício de exigir responsabilidade civil ou criminal por atos ou faltas ocorridos durante a execução do contrato.

CAPÍTULO IV - Seguros

Cláusula 18.ª - Disposições Gerais

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura, através de Contratos de seguro da atividade que exerce.

2. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos Contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços providenciá-la no prazo de 5 dias úteis.

CAPÍTULO V - Resolução de Litígios

Cláusula 19.ª - Foro Competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI - Disposições Finais

Cláusula 20.ª - Cessão da Posição Contratual

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do CCP, o fornecedor pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Fornecedor deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do Fornecedor no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo Fornecedor que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pelo Contraente Público, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato do Contraente Público, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

Cláusula 21.ª - Comunicações e Notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto a notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 22.ª - Gestor de Contrato

1. Na outorga contratual, o contraente público designará o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.
2. Sem prejuízo de outras obrigações constantes do presente caderno de encargos, competirá ao gestor do

contrato:

- a) A representação do contraente público no âmbito da execução contratual, salvo indicação daquele em contrário;
 - b) A coordenação das reuniões com o(s) representantes do cocontratante, salvo se houver indicação do contraente público em contrário.
 - c) Comunicar ao órgão competente pela decisão de contratar, ou a quaisquer entidades a quem este o incumba, quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato; propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas;
 - d) Visar a(s) fatura(s) através de assinatura/carimbo de modo a confirmar a correta execução contratual;
 - e) Quando solicitado pelo órgão competente para a decisão de contratar, elaborar o auto de aceitação.
3. As funções de gestão do contrato extinguir-se-ão quando todas as prestações, principais ou acessórias de todas as Partes do contrato tiverem sido executadas.
4. A extinção referida no número anterior não isenta o gestor do contrato de quaisquer responsabilidades, designadamente de prova judicial, seja testemunhal ou documental.
5. Havendo necessidade de substituição, durante a vigência do contrato, deve o contraente público designar o novo gestor do contrato através de um despacho assinado pelo representante designado para a assinatura do contrato pelo órgão competente para a decisão de contratar; devendo notificar o cocontratante e o gestor cessante através dos meios de comunicação utilizados no presente contrato.

Cláusula 23.^a - Contagem de Prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.^a – Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja previsto no Caderno de Encargos aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do serviço a contratar.

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 25.^a – Descrição das soluções pretendidas

Lote 1 – Software de Segurança

Pressupostos Técnicos

O Município de Mira tem neste momento uma solução de perímetro baseada em *Fortinet*. O propósito deste fornecimento é aquisição de suporte para as soluções em produção.

Soluções

1. Solução de autenticação e gestão de identidades com tokens para duplo fator de autenticação

Pretende-se suporte de manutenção da solução de autenticação segura e gestão de identidades centralizada, que permita o acesso seguro e controlado dos utilizadores à infraestrutura de rede baseada no Fortinet Authenticator com:

- Suporte para no mínimo 100 utilizadores
- Suporte para no mínimo 200 tokens para dispositivo móvel iOS, Android ou Windows Phone
- Dispositivos NAS: 33
- Grupos de utilizadores: 10
- Certificados CA: 5
- Certificados de utilizador: 100
- Solução em appliance virtual com suporte nas seguintes plataformas: VMware ESX/ESXi 4 / 5 / 6, Microsoft Hyper-V Server 2010, 2012 R2 e 2016, KVM, Xen, Amazon Web Services (AWS), Microsoft Azure, Oracle OCI, Alibaba Cloud
- Virtual CPUs (máximo): 64
- Virtual NICs (mínimo/máximo): 1 / 4
- Storage (mínimo/máximo): 60 GB / 16 TB
- Memória RAM (mínimo/máximo): 2 GB / 1 TB
- Alta disponibilidade: Ativo-Passivo e Config Sync

2. Firewall de Próxima Geração (NGFW)

Pretende-se suporte de manutenção da solução de Firewall de Próxima Geração baseada em 2 unidades de Fortigate 201F para 24 meses com:

- HA
- Firmware & General Updates
- Intrusion Prevention
- AntiVirus
- Web Filtering

Lote 2 – Backup

Pressupostos Técnicos

O Município de Mira tem neste momento uma solução de backup baseada em *Veeam*. O propósito deste fornecimento é aquisição de suporte para as soluções em produção.

Soluções

Pretende-se suporte de manutenção da solução de backup produtiva baseada em Veeam Backup Enterprise e Veeam One para 24 meses:

Nº de VMs: 45

Servidores físicos: 3

Workstation: 3

Application: 0

File Share: 1

Public Cloud VM:

Public cloud Database:

Public cloud Fileshare:

ID de Licenciamento: 03308886

As eventuais referências a marcas nas peças/especificações técnicas acima mencionadas, deverão ser sempre interpretadas como contendo a expressão prévia “do tipo ou equivalente”.

O Presidente da Câmara
